

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO REGIME DE ACUMULAÇÃO E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Glauco José Marafon<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Vivenciamos um período em que a globalização constitui-se no estágio supremo da internacionalização (Santos, 1993). Pode-se afirmar que as mudanças no regime de acumulação do modo de produção capitalista estão associadas a essas transformações, que não se restringem ao campo econômico, mas também ao político, social e espacial.

Na base de todas essas transformações está, sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento científico, que possibilitou a passagem da rigidez nos processos de produção e de trabalho do fordismo para a flexibilidade desses processos no estágio atual da acumulação capitalista. Além das alterações no processo de produção e nas relações de trabalho, os fluxos informacionais tornaram-se a chave no processo de acumulação flexível do pós-fordismo, devido principalmente aos avanços nas áreas de telecomunicações e informática.

O momento histórico que vivenciamos caracteriza-se pelo processo de acumulação flexível com alterações nos processos de produção e nas relações de trabalho possibilitados pela compressão do tempo-espaço.

O desenvolvimento tecnológico, principalmente o vinculado às telecomunicações, transportes e informática tornaram as grandes cidades, as metrópoles, os centros de comando da economia mundial.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Departamento de Geografia da UERJ.

Assim, o presente ensaio procura traçar um perfil do fordismo e do pós-fordismo e dos processos de internacionalização e globalização da economia, possibilitados pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

## 2. O FORDISMO E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Desde a constituição do modo de produção capitalista no século XIX, com a Revolução Industrial, a busca do lucro permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. No entanto, a forma como a produção e as relações de trabalho são organizadas sofreu alterações no transcorrer do tempo para permitir a reprodução do capital. Ocorreram, assim, mudanças no regime de acumulação do modo de produção capitalista.

As transformações estão associadas principalmente ao processo de trabalho, fonte original de acumulação capitalista. Essas transformações são decorrentes, de forma geral, da crescente utilização de tecnologia no processo produtivo.

O desenvolvimento tecnológico tem possibilitado alterações no processo de trabalho e, conseqüentemente, no regime de acumulação.

### O regime de acumulação

“descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e circulação; ele implica alguma correspondência entre as transformações, tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados”.  
(Harvey, 1992:117).

Harvey (1992) também assinala que o regime de acumulação permite a compreensão das complexas interrelações que possibilitam um sistema capitalista dinâmico

funcionar de modo coerente por um determinado período de tempo, onde existem duas áreas que necessitam de negociação para seu sucesso: a fixação de preços e o controle sobre a força de trabalho para o aumento dos lucros e, conseqüentemente, para uma acumulação maior.

No modo de produção capitalista, o processo de valorização é dominante e o processo de trabalho é subordinado. Sendo assim, são as determinações da valorização do capital que explicam as mudanças verificadas no processo de trabalho em uma sociedade capitalista.

Essas mudanças são o resultado do ajustamento das bases técnicas da produção às determinações da valorização, ocorrendo “o processo de adequação da forma técnica da produção à forma econômica” (Moraes Neto, 1991:23).

Assim, as transformações que se processam nas condições de produção e nas relações de trabalho são decorrentes da busca do lucro e estão associadas, entre outros fatores, ao desenvolvimento científico-tecnológico.

Considera-se, de forma geral, a existência de três períodos que correspondem à forma como ocorreu e ocorre a acumulação capitalista, períodos que apresentam uma forma específica, tanto na organização da produção, quanto nas relações de trabalho, e que se refletem não só na organização econômica, mas também a nível social, político e espacial.

O taylorismo, o fordismo e o pós-fordismo (acumulação flexível) são os três grandes períodos, apontados por vários autores, que caracterizam o processo de acumulação do modo de produção capitalista. Na realidade, eles não são estanques e representam somente uma evolução no modo de produção na busca da reprodução ampliada do capital. No entanto, cada um desses períodos apresenta características específicas no que diz respeito ao processo de acumulação, além de caracterizarem um modo de vida total.

O taylorismo esteve vinculado à necessidade do aumento da produtividade e sua gênese está associada às idéias do administrador americano F. W. Taylor, que promoveu

mudanças na linha de produção e nas relações de trabalho nas indústrias americanas no final do século XIX e início do século XX.

A característica fundamental do taylorismo consistiu no “controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho” (Braverman *apud* Moraes Neto, 1991:19).

Pode-se considerar o taylorismo como o detonador das transformações no processo de trabalho sob o capitalismo. Buscava-se o aumento da produtividade através da extração da força de trabalho da maior rentabilidade possível, aliado à aplicação de conhecimentos científicos ao processo produtivo. A evolução das relações de trabalho no taylorismo implicou na manifestação de um novo período: o fordismo.

O fordismo consiste basicamente em um processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem. Fixou-se o trabalhador em um determinado posto de trabalho com as respectivas ferramentas especializadas para a execução das tarefas. Aprofundou-se a separação entre a concepção e a execução da produção. Este processo foi viabilizado, principalmente, através da aplicação da ciência ao processo produtivo.

A diferenciação entre o fordismo e o taylorismo consiste, por parte do fordismo, no

“reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrata, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992:121).

O regime de acumulação fordista teve início na década de 10 e estendeu-se por mais de meio século, mais precisamente até o início da década de 70.

O fordismo caracterizou-se basicamente como um processo que se originou e se estendeu nos países desenvolvidos. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, graças ao desenvolvimento nos transportes e nas comunicações, ocorreu a possibilidade de descentralização de unidades e/ou etapas de processos industriais. A menor dependência da proximidade física viabilizou uma gama maior de oportunidades de localização.

Nesse contexto, muitas empresas multinacionais passaram a investir e a transferir suas filiais para alguns países periféricos do Terceiro Mundo. Este processo está associado à internacionalização do capital e alterações que se verificaram na Divisão Internacional do Trabalho.

Países como Brasil, México e Coreia foram incorporados a esse regime de acumulação e ficaram conhecidos como NICs — países de industrialização recente.

Lipietz (1988) utiliza a expressão “fordismo periférico” para designar o processo de expansão do fordismo para a periferia. Esses países apresentam traços do fordismo central, como a organização científica do trabalho, segmentação das funções e economias de escala. No entanto, o fordismo periférico não incorporou a massa de trabalhadores ao processo de consumo.

A expansão do fordismo para a periferia prendeu-se a duas motivações básicas:

“a busca de regiões e/ou países com salários mais baixos, tendo em vista compensar perdas de produtividade decorrentes do declínio da organização industrial fordista (...) e a necessidade de conquistar e consolidar novos mercados” (Carrion & Debiagi, 1990: 220-221).

A transferência de muitas indústrias para esses países provoca o aumento de fluxos no comércio internacional e aprofunda o processo de internacionalização do capital, provocando uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Esse movimento significou

“a formação de mercados de massas globais e absorção da massa da população mundial (...) na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo (...). A expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder” (Harvey, 1992:131-132).

A industrialização dos países periféricos (NICs) resultou em um intenso processo de urbanização. O fordismo periférico desenvolveu-se nesses países a partir de suas metrópoles que apresentavam a infra-estrutura requerida pelas grandes corporações em suas operações.

O fordismo manteve-se firme como regime de acumulação até o início da década de 70, quando as desigualdades sociais afloraram com maior intensidade, aliado ao descontentamento dos países do Terceiro Mundo em relação ao que prometia o fordismo, além da crise do petróleo em 1973, que lançou a economia mundial em uma grande crise.

Para Harvey (1992), a incapacidade do fordismo em superar a crise e conter as contradições capitalistas pode ser entendida a partir de uma palavra: rigidez, onde passou a ocorrer:

“Problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e pressuniam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. E toda a tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder da classe trabalhadora” (Harvey, 1992:135).

A recessão do início da década de 70 promoveu uma reestruturação econômica. Buscou-se, através de uma mudança tecnológica e da automação, um maior controle do processo de trabalho e novos produtos, com mudanças na organização industrial, e na busca de

outras áreas para a produção. O correu, paralelamente à reestruturação econômica, um reajustamento a nível social, político e espacial, que colocou em cheque a estrutura rígida do fordismo.

Tanto o taylorismo como o fordismo consistiram em modelos de produção de base científica historicamente determinados. Cada um desses modelos apresentou características específicas no processo de trabalho e de produção, na organização industrial e na constituição do Estado, e apresentaram, também, uma organização espacial determinada.

Cada um desses modelos apresentou uma configuração de acordo com as disponibilidades tecnológicas da sua época. O taylorismo separou ao máximo os aspectos administrativos dos aspectos manuais. O fordismo foi viabilizado através do saber técnico, massificando a produção e mantendo a separação entre a gestão e a produção, e pela rigidez nas relações de trabalho e produção.

No fordismo, ocorreu o processo de internacionalização do capital, com transferência de unidades e/ou etapas de processos industriais para países periféricos (NICs), ocorrendo uma intensa urbanização nesses países. As metrópoles serviram como ponto de apoio para a expansão das atividades das empresas multinacionais nesses países.

A incorporação desses países ao regime de acumulação dominante, ainda que de forma incompleta, resultou na emergência de uma “nova” Divisão Internacional do Trabalho. A economia dos países periféricos passou a depender cada vez mais da economia internacional, surgindo, assim, o termo “internacionalização” para designar esse processo.

A internacionalização passou a ser comandada pelas empresas multinacionais, que apresentavam uma estratégia de valorização do capital com base nos elementos de valorização e ao processo de acumulação do capital.

A internacionalização do capital foi, assim, uma estratégia da valorização do capital relacionado com os diversos momentos do ciclo do capital social, do ponto de vista das modalidades de acumulação do capital.

O processo de internacionalização ficou relacionado a(o): financiamento cada vez mais internacional; atividade financeira cada vez mais voltada para o exterior; uma mobilização internacional do capital; necessidade de um suporte bancário internacional para atender as estratégias das firmas multinacionais (Palloix, 1974).

A internacionalização, como afirma Palloix (1974), não se revela ao nível das empresas, mas ao nível da internacionalização dos ramos nos quais as empresas estão integradas, e da internacionalização do ciclo do capital social dos ramos de que o capital da empresa multinacional é apenas uma fração individual.

O processo de internacionalização, comandado pelas empresas multinacionais, em direção aos países periféricos, representou um aprofundamento da divisão social do trabalho e na busca de uma acumulação cada vez mais ampliada do capital. Esse processo constituiu-se em um caminho para superar as crises que o fordismo, devido a sua rigidez nos processos de trabalho e produção, apresentava nos países centrais.

A internacionalização pode ser caracterizada como o início de um processo que provocou alterações no regime de acumulação e que se constitui hoje na globalização.

### 3. O PÓS-FORDISMO/ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

À rigidez que caracterizou o fordismo e o levou ao esgotamento como modelo de regime de acumulação contrapõe-se atualmente o conceito de flexibilidade. Em termos de

regime de acumulação evoluiu-se do fordismo para um novo patamar: o pós-fordismo ou acumulação flexível.

Com o advento do novo padrão de acumulação, teremos profundas implicações a nível sócio-econômico, político e espacial. Entre essas implicações, destacamos, além das mudanças nas organizações industriais e nos processos e mercados de trabalho, o processo de globalização e o papel que as metrópoles assumem nesse contexto.

Flexibilidade torna-se a palavra-chave neste final de século e constitui-se na mais importante característica do novo regime de acumulação — flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, da produção e dos padrões de consumo.

A utilização de novas tecnologias, sobretudo as vinculadas à microeletrônica, permitiram a adoção de sistemas flexíveis de produção, que se mostram mais eficientes e adaptáveis às condições atuais de mercado.

O regime de acumulação flexível foi identificado

“pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 1992:140).

Não se trata, contudo, da superação do modo de produção, mas tão somente de alterações no seu regime de acumulação possibilitadas pelas inovações tecnológicas, que modificam o sistema produtivo e que se refletem na forma predominantemente como assume a organização econômica, sua regulação e a acumulação do capital.

O antigo modelo convive com o atual, que passa a orientar o processo de acumulação e o estilo de vida e de consumo, e define um tipo de prática produtiva e organizacional (Gatto, 1989).

O regime de acumulação flexível apresenta várias características e, entre elas, destacamos: mudanças no mercado de trabalho; transformações na organização industrial; e acesso rápido e o controle dos fluxos de informações para a tomada correta de decisões e planejamento.

Com o sistema flexível, ocorrem profundas reestruturações no mercado de trabalho. Pressionou-se a força de trabalho, o que implicou em um aumento do desemprego, problema que apresenta conotações mundiais. Os sindicatos são enfraquecidos e tiveram relativizado o seu poder reivindicatório.

No entanto, o desemprego não atinge áreas consideradas vitais nesse regime de acumulação, como os setores de tecnologia de ponta: informática, biotecnologia, telecomunicações, etc.

Nota-se que o novo regime de acumulação privilegia a qualificação profissional em detrimento da grande maioria não qualificada, que muitas vezes são aproveitadas nos novos setores criados para atender a “nova burguesia” surgida no novo regime de acumulação, ou seja, o turismo e certas atividades de luxo (hotéis cinco estrelas, restaurantes, video-locadoras, etc.).

Essa reestruturação do mercado de trabalho tem proporcionado às empresas uma maior diversificação em termos de emprego da força de trabalho, que busca atender as especificidades de cada empresa. A subcontratação é uma das modalidades adotadas (processo denominado, de forma geral, como terceirização da economia).

Paralelamente às transformações que afetaram a força de trabalho, ocorreram alterações importantes na organização industrial. Passaram a existir condições favoráveis, do ponto de vista técnico, à descentralização dos processos industriais que continuam interligados por modernos sistemas de transportes e comunicações. Alteram-se, assim, os requisitos locacionais tradicionais das empresas.

Ocorre também a tendência à redução do tamanho médio das unidades industriais, abrindo possibilidades para uma desintegração vertical em decorrência da prática da subcontratação. Esses processos permitem tanto a dispersão geográfica da produção quanto a sua aglomeração em setores especializados.

Entre as aglomerações que surgiram decorrentes da difusão das diferentes práticas flexíveis de produção, encontramos os “complexos científico-produtivos” ou “tecnopolos”, que se especializam na produção de alta tecnologia. Para exemplificar, citamos o Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde se concentram empresas especializadas na produção de semicondutores e computadores.

A descentralização ocorre normalmente para áreas periféricas, onde o custo da força de trabalho é menor e nem sempre as leis trabalhistas são integralmente respeitadas.

Outra transformação constatada na organização industrial é a que se baseia no modelo de estoques mínimos. O *just in time* permite que as empresas trabalhem com estoques mínimos em função da continuidade do fluxo de matérias-primas e componentes.

As transformações industriais estão associadas às mudanças no mercado e estrutura do trabalho, e são decorrentes da revolução tecnológica. As indústrias possuem maior mobilidade e, nesse contexto, buscam: ultrapassar o funcionamento estanque dos setores de concepção e da execução; reorganizar o processo produtivo e o processo de trabalho; e transferir uma série de atividades para empresas subcontratadas (Tavares, 1992).

O desenvolvimento tecnológico possibilitou às empresas uma maior mobilidade espacial. Existe a possibilidade de estabelecerem suas atividades em áreas favoráveis aos seus interesses. No entanto,

“existe, em geral, uma coincidência entre pesquisadores americanos e europeus em afirmar que o modo de produção flexível e que caracteriza o pós-fordismo implica na tendência à

concentração geográfica das empresas para reduzir o custo de realização das transações e otimizar o acesso ao contexto cultural e informativo do processo de produção. Isso se traduz em uma acentuada reconcentração da produção e no ressurgimento do fenômeno do distrito industrial, ainda que com novas características que o diferenciam do parque industrial do período fordista” (Finquelievich & Laurelli, 1990:204).

No entanto, todas essas transformações foram possíveis em decorrência do desenvolvimento tecnológico (sobretudo da microeletrônica, que possibilitou o avanço das telecomunicações e da informática), que resultou no acúmulo de conhecimentos e de informações.

A informação e o acesso aos fluxos informacionais tornaram-se a característica que proporcionou a dinamização do comércio internacional e as mudanças no regime de acumulação.

A revolução na informática e nas telecomunicações, permitindo o acesso instantâneo aos dados e à informação, possibilitaram a flexibilidade que o sistema produtivo requeria, aumentando, assim, a aceleração do tempo de giro na produção e no consumo (Harvey, 1992).

O acesso à informação está relacionado, atualmente, à capacidade de tomada de decisões rápidas e corretas, que se tornam vantagens para as corporações em um mercado competitivo.

A capacidade e a rapidez do acesso aos fluxos de informações, a análise dos dados e o contexto dessas informações são, na atualidade, requisitos fundamentais para as empresas que apresentam descentralização de suas atividades.

Em função das rápidas transformações que ocorrem a nível mundial e da necessidade de dados precisos para a tomada de decisões, surgiram inúmeros serviços altamente especializados, que orientam os executivos na visualização da realidade e na escolha

das alternativas mais viáveis para as empresas. Ocorreu o desenvolvimento de todo um setor de serviços altamente especializados ligados à informática e à informação.

De todos os agentes envolvidos no processo de organização econômica, o sistema financeiro é o que mais se especializou na utilização das tecnologias ligadas ao setor informacional.

O sistema financeiro passou a coordenar a acumulação do capital a nível mundial, graças ao acesso imediato e ao controle das informações.

A rede de telecomunicações proporcionou a contração do tempo-espaço, onde os investimentos podem ser realizados em diferentes metrópoles durante as 24 horas do dia.

O sistema financeiro atingiu uma complexidade nunca antes imaginada e está inserido em um sistema global altamente integrado, juntamente com as grandes corporações que promovem a integração do mercado mundial e o processo de globalização da economia.

O processo de globalização da economia tornou-se possível graças aos avanços tecnológicos e à flexibilidade adquirida pelas corporações nos processos de trabalho e produção.

Os agentes que participam do processo de globalização econômica, as empresas multinacionais e o sistema financeiro concentraram-se em grandes aglomerações urbanizadas, as metrópoles, onde encontraram ou desenvolveram toda uma gama de atividades que lhe possibilitassem o seu desenvolvimento. Ao realizarem esse processo de concentração nas metrópoles, mas com acesso a todos os lugares, ajudaram a promover o processo de globalização da economia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período histórico que vivemos é marcado pela aplicação crescente do capital à ciência. O desenvolvimento tecnológico tem se tornado um referencial importante para o entendimento das mudanças que ocorrem na atualidade.

A busca do aumento da produtividade, da racionalização dos processos de produção e de trabalho tem modificado a organização industrial.

Assistimos, com o desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo as de base microeletrônica, à mudanças significativas que possibilitam a aceleração do tempo de giro na produção e no consumo.

Uma das consequências desse processo é a alteração no regime de acumulação do modo de produção. São alterações que acontecem no intuito de valorizar o capital e permitir uma acumulação maior. Não se trata de mudanças no modo de produção, mas de estratégias que viabilizem a circulação e uma acumulação mais intensa do capital.

Um regime de acumulação compreende um período e imprime um ritmo de valorização do capital, no qual se evidencia um estilo de vida, tanto econômico quanto social, político e espacial. As transformações que assistimos a nível mundial estão inseridas, em um contexto mais amplo, nas mudanças que se processam no regime de acumulação.

Da década de 10 até o início da década de 70, predominou o regime de acumulação denominado fordismo, que se caracterizou basicamente em um processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem. A produção era voltada para o consumo de massa. Essa regime estava preso a um sistema rígido, tanto na organização da produção quanto nas relações de trabalho.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as empresas multinacionais buscaram outros mercados, onde a força de trabalho possuía um custo menor e não estava solidamente

organizada em sindicatos. Essa busca de novas localizações ficou conhecida como “fordismo periférico” e caracterizou-se por não incorporar ao mercado de consumo os seus trabalhadores, como ocorria nos países centrais.

A internacionalização do capital possibilitou a industrialização de alguns países da periferia e acelerou o processo de urbanização dos mesmos, provocando significativas transformações, sobretudo nas grandes cidades, que passaram a viabilizar a expansão industrial oriunda dos países centrais para esses países.

A década de 60 pode ser considerada como um marco para o desenvolvimento científico e tecnológico. Desenvolveu-se e expandiu-se a tecnologia baseada na microeletrônica, o que significou novas possibilidades para o processo de acumulação por parte das grandes corporações.

Desenvolveu-se o setor de comunicações e de informática, o que possibilitou a adoção de sistemas de produção flexível e contornar os problemas de rigidez nos processos de organização industrial que o fordismo apresentava.

Desenvolveu-se, assim, a possibilidade, do ponto de vista técnico, à descentralização de unidades e/ou etapas de processos industriais, que se interligam por modernas redes de transportes e comunicações.

A adoção desse novo sistema, chamado flexível, permitiu uma reestruturação no mercado de trabalho, visando o aumento da produtividade e do lucro. Modificações que constituem-se em um novo parâmetro para a acumulação capitalista.

O comando e a articulação da-reestruturação econômica mundial são realizados pelas grandes corporações industriais e financeiras, o que resulta no processo de globalização, atrelado ao desenvolvimento de um meio técnico, científico e informacional.

Os fluxos de informação tornaram-se significativos na estruturação dos espaços atuais. A instantaneidade, possibilitada pela teleinformática, permite a mundialização da

economia, com a aceleração de todas as formas de articulação. Assim, a informação e o acesso aos fluxos informacionais tornaram-se os elementos dinamizadores da economia internacional e da conseqüente globalização.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- CARRION, O. & BEDIAGI, M. Novas tecnologias e organização do espaço. In: OLIVEIRA, N. & BARCELLOS, T. (org.). **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. p.214-229.
- CORDEIRO, H. K. Os principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 16-17 (31-34): 153-196, 1986-1987. (I Encontro de Geógrafos da América Latina).
- \_\_\_\_\_. A circulação da informação no espaço brasileiro e o sistema bancário. **Geografia**. Rio Claro, 16(1): 23-36, abril 1991.
- CORREA, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 51(2):17-32, abr/jun. 1989.
- \_\_\_\_\_. Corporação e espaço - uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(1):137-145, jan/mar. 1991.
- DIAS, L. C. D. **Les reseaux de télécommunication et l'organisation territoriale et urbaine au Brésil**. Paris: Université de Paris IV - Sorbonne, 1991. 307 p. (Tese de doutorado).
- DOLLFUS, O. L'espace financier et monétaire mondial. **L'espace Géographique**, Paris, 2: 97-102, 1993.
- FINQUELIEVICH, S. & LAURELLI, E. Innovacion Tecnologica y Reestructuracion del Territorio: países desarrollados. América Latina. **Revista Interamericana de Planificacion**. Guatemala, 23 (89): 191-222, ene/mar. 1990.
- FRIEDMANN, J. & WOLFF, G. World City formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**. Londres, 6 (3): 309-335, set. 1982.
- GATTO, F. Cambio Tecnológico Neofordista y Reorganizacion Productiva. Primeras reflexiones sobre sus implicaciones territoriales. **Revista EURE**. Santiago XVI (47): 7-34, 1989.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1993. 310 p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 349 p.

HEPWORTH, M. E. **Geography of the Information Economy**. New York: Guilford Press, 1990. 258 p.

HYMER, S. **Empresas Multinacionais: A internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 118 p.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas de industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988. 231 p.

\_\_\_\_\_. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10 (2): 303-35, 1989.

LICHTENSZTEJN, S. & BAER, M. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e políticas do poder financeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 239 p.

MACHADO, L. O. Sociedade Urbana. Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 222 (43-44): 398-403, 1992.

MIOSSEC, J. M. Espace et Pouvoir: la localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. **L'Espace Géographique**. Paris, 3:165-175, 1976.

MORAES NETO, B. R. de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 132 p.

MOTTA, F.C.P. Redes Organizacionais e Estado Amplo. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 27 (2): 5-13, abr/jun. 1987.

PALLOIX, C. **As firmas multinacionais e o processo de internacionalização**. Lisboa, Editorial Estampa, 1974. 282 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANCHEZ, J.E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S/A, 1991. 337 p.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982. 194 p.

\_\_\_\_\_. **Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990. 117 p.

\_\_\_\_\_. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (coord.). **Reestruturação urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel / IUPERJ, 1990. p.183-191.

\_\_\_\_\_. **Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas.** São Paulo: s/d, (mimeografado). 19 p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

\_\_\_\_\_. Os espaços da globalização. **Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana.** Rio de Janeiro, 1993. p.33-37.

SANTOS, M. et al. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993. 340p.

STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: O desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L.C.Q. & SANTOS JUNIOR, O.A. dos (org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 23-63.

**RESUMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO REGIME DE ACUMULAÇÃO E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO**

O presente ensaio procura traçar um perfil do fordismo e do pós-fordismo e dos processos de internacionalização e globalização da economia possibilitados pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

**Palavras-chaves:** Alterações no regime de acumulação; Internacionalização; Globalização da economia.

**ABSTRACT: CONSIDERATION ABOUT THE CHANGES OF THE ACCUMULATION REGIME AND THE GLOBALISM PROCESSES**

This essay intends to show the characteristics of the fordismo and the pós-fordismo and internationalization and globalism processes, which are made possible by scientific, and technological developments.

**Key Words:** Changes in the accumulation regime; Internationalization; Economy's globalism.